

PROFESSORES PROMOVERAM JORNADA EM ANGRA DO HEROÍSMO

Ataque à escola pública também se aplica aos Açores

FOTOGRAFIA LAIA LLUCH/DI



ALTO DAS COVAS foi palco ontem de uma jornada em defesa da escola pública que contou com a participação de professores e alunos

António Lucas assegura que as medidas contra a escola pública que serão implementadas em Lisboa vão ter efeitos no sistema de ensino da Região.

O presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, António Lucas, considera que as medidas que serão implementadas a nível nacional no âmbito da educação vão acabar por ter efeitos na Região apesar de existir autonomia no setor. Em declarações ao DI, a propósito de uma iniciativa em defesa da escola pública que decorreu ontem no Alto das Covas, em Angra do Heroísmo, António Lucas disse que es-

pera que o Governo Regional possa legislar “no sentido de atenuar a intensidade dessas medidas”, porque será inevitável a sua aplicação também aos professores, como é o caso do horário das 40 horas semanais que o Governo da República pretende que seja cumprido por toda a função pública.

“Por cada três horas dessas cinco a mais que vão ter que ser cumpridas sete professores vão ficar com horá-

rio zero”, referiu.

No que se refere ao concurso regional de professores, em que foram disponibilizadas cerca de seis centenas de vagas para sete mil candidatos, o dirigente sindical referiu que houve um retrocesso, uma vez que o ano passado foram admitidos em idêntico concurso cerca de 800 docentes.

No que se refere à jornada da campanha em defesa da escola pública, António Lucas referiu que se trata de uma iniciativa que está a ser realizada em todas as capitais de distrito e nas regiões autónomas.

“O balanço desta iniciativa é muito positivo porque contamos com a participação de algumas centenas de pessoas que chamam a atenção para a importância da escola pública para o futuro do país”, adiantou.

A iniciativa em defesa da escola pública realizada em Angra do Heroísmo contou com diversas atividades ao longo do dia de ontem.

Após a abertura de uma exposição alusiva ao tema, teve lugar a apresentação de “Os sentidos da música” por parte dos alunos do colégio “O Baloíço”, seguindo-se um momento de expressão dramática pelos alunos do 4º ano da Escola Infante D. Henrique, uma exposição intitulada “A minha escola” pelos alunos da pré-escola do Jardim de Infância Infante D. Henrique e uma visita dos alunos do 4º ano da Escola Tomás de Borba. Durante a tarde, teve lugar a atuação do sexteto de guitarras constituído por alunos do Conservatório de Angra do Heroísmo e a leitura de um poema da au-

toria de Matilde Rosa Araújo sobre os direitos da criança, por alunos do ensino básico.

Leonor Meneses, educadora da Escola Infante D. Henrique, participou na iniciativa em defesa da escola pública realizada em Angra do Heroísmo e considera que o setor da educação está a passar “momentos muito difíceis, que colocam a escola pública em perigo”.

Educadora há mais de três décadas, Leonor Meneses referiu que é necessário “fazer a defesa de uma escola para todos, inclusiva e de qualidade”.

A docente adiantou que as medidas que estão a ser implementadas pelo Governo Regional colocam em cau-

sores, funcionários, empobrecendo-a e impedindo-a de cumprir o papel que a Constituição da República lhe atribui”, acrescenta o manifesto.

No documento é ainda referido que é tempo de impedir que voltemos a ter uma escola desqualificada para a maioria dos portugueses e ofertas educativas qualificadas apenas para as elites”.

GREVE EM JUNHO

Os sindicatos representativos dos professores convocaram uma greve de cinco dias que vai abranger as avaliações - 7, 11, 12, 13 e 14 de junho – além de um dia de greve geral a 17 de junho, primeiro dia dos exames nacionais do ensino secun-

Direito ao ensino colocado em causa

sa os preceitos constitucionais referentes ao direito à educação gratuita. “Estou preocupada com o facto destas crianças pequenas que tenho a meu cargo no futuro não tenham direito à educação com qualidade”, acrescentou.

MANIFESTO PELA ESCOLA

Num manifesto sobre a escola pública, a Federação Nacional dos Professores (FENFROF) apela ao envolvimento dos cidadãos na defesa da escola pública.

“Governantes, do Presidente da República ao Primeiro Ministro, deputados, autarcas, banqueiros, empresários, responsáveis religiosos ou expoentes culturais, quadros intermédios e a generalidade dos trabalhadores, nenhum seria o que é hoje se não tivesse passado pela escola, seja qual for o nível académico que conseguiram atingir”, refere o manifesto a favor da escola pública.

O documento adianta que “não é exagerado dizer que sem escola não há vida” e que as aprendizagens necessárias para a vida foram obtidas pelos dirigentes do país na escola pública.

“Assim, é difícil entender que sejam precisamente alguns dos beneficiários desta formação que hoje desenvolvem uma campanha de destruição da escola pública, retirando-lhe meios, recursos, profes-

dário.

Os dirigentes sindicais querem promessas do ministério da Educação e Ciência em como nenhum professor será colocado em mobilidade especial e já contestaram fortemente propostas como a que permite que os docentes com horário zero possam ser colocados em qualquer escola do país sem a realização de concurso.

No caso dos professores, a mobilidade especial deverá começar a ser aplicada já em setembro. Nessa altura, passam a receber menos 33 por cento do seu ordenado, embora para os docentes em topo de carreira a redução possa ser, de imediato, mais de metade, uma vez que o teto máximo na mobilidade especial são três salários mínimos (o equivalente a 1.455 euros).

Desde 2005 que não se realizava uma greve geral conjunta de todos os sindicatos representativos do setor da educação. O ministério da Educação e Ciência já fez saber que pretende decretar os serviços mínimos para que seja assegurada a realização dos exames nacionais.

Para o presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, os docentes estão a ser acusados de perturbarem o período de exames nacionais.

“As datas dos exames nacionais já foram alteradas noutras alturas devido à realização de greves”, afirmou António Lucas. ❖

